

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

HELEN GABRIELA MARCON

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE GRAMADO - RS**

Porto Alegre

2022

HELEN GABRIELA MARCON

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE GRAMADO - RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelino de Souza

Coorientadora: Tanise Pedron da Silva

Porto Alegre

2022

HELEN GABRIELA MARCON

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE GRAMADO - RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 14 de Julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelino de Souza – Orientador
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Ivo Elesbão
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

A todos os agricultores familiares e jovens rurais, que são resistência e alicerce da mesa do povo.

AGRADECIMENTOS

À minha família, meus pais: Marlene e José, às irmãs: Alessandra, Aline e Giovana e minha sobrinha Júlia, que nunca mediram esforços para que este sonho se realizasse, dando suporte e demonstrando a importância dos estudos e do conhecimento para minha construção pessoal e me preparando para a vida em sociedade. Meu Muito Obrigada!

Aos meus avós: Arcedi e Armindo, Melania e Augusto pelos seus exemplos de vida, que me deram esperança nos momentos de indecisão. Vocês são exemplos para a agricultura.

Ao meu companheiro Tiago, que me incentivou e contribuiu para que eu alcançasse mais esta etapa, e entendeu minha ausência. Obrigada!

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que me proporcionou toda a carga de conhecimento e apoio durante a vida acadêmica, sem esta oportunidade não me tornaria o que sou.

Ao Polo Vera Grin de Gramado, através da Universidade Aberta do Brasil, obrigada pela assistência e amizade.

Aos professores e tutores, gratidão pelos ensinamentos, pela paciência, pela amizade e pelas trocas.

Aos colegas de curso pelo companheirismo e momentos de convivência que nos foram proporcionados e vividos.

Aos amigos, todos foram importantes de alguma maneira, com suas sugestões, ajudas e pelos momentos de descontração. Márcia e Ana, muito obrigada!

Aos agricultores que tive interação na pesquisa, pelos dados deste trabalho e aos demais que adquiri conhecimento devo-lhes gratidão.

Enfim, todos os que de uma forma ou outra contribuíram para que eu atingisse o final deste trabalho, meu eterno agradecimento.

VERSOS DE ESPERANÇA

Wilson Coelho

*Quando teus olhos se abrirem
E perplexos enxergares
Guerra, poluição, miséria
Gente de fome morrendo,
E assustado protestares:
- Estarás nascendo...*

*Quando começares a desaparecer
Tuas fantasias, teus sonhos,
E carinho não mais recebendo,
E mesmo assim, seguires teu caminho:
- Estará crescendo...*

*Quando surgirem os sofrimentos
E pensares em alguém
Como teu próximo, e ajudando,
Mais que a ti mesmo:
Estarás amando...*

*Quando invadido pelo medo,
Pisando na insegurança,
E seguindo sempre em frente,
Lutares por teu semelhante:
- Estarás sendo gente...*

*Se a tua fé nunca findar,
Nem fenecerem tuas esperanças
E continuares a caminhar
Ao lado de teu irmão,
Construindo um mundo de amor e paz:
-Terás aprendido a lição!*

RESUMO

A presente pesquisa se dedicou a compreender de que modo as políticas públicas são acessadas pelas famílias rurais para seus empreendimentos agroindustriais, com foco para as que se encontram localizadas no município de Gramado, no Rio Grande do Sul. Para tal, o estudo teve como objetivo geral estudar as principais ações públicas que proporcionam incentivos às agroindústrias. A pesquisa foi realizada através da abordagem qualitativa, e para a obtenção de dados utilizou-se o roteiro de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas, junto aos responsáveis das agroindústrias e gestores de políticas públicas do município. Para a análise dos dados qualitativos utilizou-se os passos de redução, exibição e conclusão/verificação. Como resultados identificou-se que as formalizações das agroindústrias se instituem a partir dos mecanismos de políticas públicas, sendo operacionalizados, principalmente, o PEAf e o Programa Gramado Colônia, e que estas políticas são acessadas pelas famílias através do assistencialismo dirigido pela EMATER e Secretaria da Agricultura do município. Observa-se, após a pesquisa, que as políticas públicas direcionadas às agroindústrias contribuíram para a adequação dos empreendimentos, garantindo que as atividades fossem reconhecidas e executadas formalmente, proporcionando competitividade aos produtos da agricultura familiar, assim gerando emprego, renda e diversificação de produção às famílias rurais, além de trazer suporte financeiro para o início das atividades.

Palavras-chave: Agroindústrias familiares. Ações públicas. Desenvolvimento Rural. Agricultura Familiar.

RESUMEN

La presente investigación se dedicó a comprender cómo las familias rurales acceden a las políticas públicas para sus empresas agroindustriales, con foco en aquellas ubicadas en el municipio de Gramado, en Rio Grande do Sul. Para ello, el estudio tuvo como objetivo estudiar las principales acciones públicas que brindan incentivos a los agro negocios. La investigación se realizó con un enfoque cualitativo, y para la obtención de datos se utilizó el guión de entrevistas semiestructuradas con preguntas abiertas, a los responsables de las agroindustrias y gestores de políticas públicas del municipio. Para el análisis de los datos cualitativos se utilizaron las etapas de reducción, visualización y conclusión/verificación. Como resultado, se identificó que la formalización de las agroindustrias se instituye a partir de los mecanismos de las políticas públicas, siendo operacionalizados, principalmente, el PEAFF y el Programa Gramado Colônia, y que esas políticas son accedidas por las familias a través de la asistencia dirigida por la EMATER y la Secretaría de Agricultura Municipal. Se observa, luego de la investigación, que las políticas públicas dirigidas a las agroindustrias contribuyeron a la adecuación de los emprendimientos, garantizando que las actividades fueran reconocidas y ejecutadas formalmente, brindando competitividad a los productos de la agricultura familiar, generando así empleo, ingresos y diversificación productiva a las familias campesinas, además de brindar apoyo financiero para el inicio de actividades.

Palabras clave: Agroindustrias familiares. Acciones públicas. Desarrollo Rural. Agricultura familiar.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER - Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural

CAPLA - Cooperativa Agropecuária Planalto

CISPOA - Coordenadoria de Inspeção Estadual e Sanitária de Produtos de Origem Animal

CONDER - Conselho de Desenvolvimento Rural de Gramado

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

COREDE - Conselho Regional de Desenvolvimento

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DNTR - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais

EMATER - Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO - Food and Agriculture Organization

FEAPER - Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais

FEERS - Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

LTDA - Empresa de Sociedade Limitada

LOA - Lei Orçamentária Anual

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais dos Sem Terra

ONG – Organização Não-Governamental

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PEAF - Programa Estadual da Agroindústria Familiar

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PPCI - Plano de Prevenção Contra Incêndio

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIM - Sistema de Inspeção Municipal

SISBI-POA - Sistemas Brasileiros: de Inspeção de Origem Animal

SISBI-POV – Sistema de Inspeção de Origem Vegetal

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUASA - Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária

SUSAF - Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	15
2.2 POLÍTICA PÚBLICA DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	18
2.2.1 Ações na esfera federal.....	18
2.3 AÇÕES NA ESFERA ESTADUAL – RIO GRANDE DO SUL	23
2.3.1 PEAFF – Política Estadual da Agroindústria Familiar	23
2.3.2 ATER – EMATER/RS	27
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	30
3.1 ÁREA DE ESTUDO	32
4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	35
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES EM GRAMADO	35
4.1.1 Agroindústrias familiares no Município de Gramado	35
4.1.2 Agroindústrias rurais familiares de Gramado e o acesso às políticas públicas	38
4.1.3 Agroindústrias familiares: desafios e oportunidades.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA AS AGROINDÚSTRIAS.....	49
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA GESTORES DE AÇÕES PÚBLICAS	50
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO.....	51

INTRODUÇÃO

O meio rural compreende uma grande diversidade e complexidade que, ao longo dos anos, vem sendo estudada pelas diversas áreas do conhecimento, em especial o novo contexto em que as famílias rurais vêm se inserindo no que se refere à incrementação de outros setores à sua produção primária. Compreendendo a importância da pesquisa sobre o meio rural, buscou-se analisar e compreender as ações públicas de agroindustrialização familiar no Município de Gramado, onde a pesquisadora reside e atua como agricultora familiar.

Na década de 1990, o Brasil reconhece a Agroindústria Familiar Rural como importante ferramenta para o desenvolvimento rural. Conforme Mior e Guivant (2003), a partir da década de 1990, as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar, no Brasil, adotam uma nova forma de inserção socioeconômica com o processo de agroindustrialização do campo, onde a agricultura familiar passa a figurar como processadora de seu próprio alimento e produtora de matérias-primas, vinculada às novas agroindústrias.

A partir desse reconhecimento foi possível visualizar a dimensão dos processos que a atividade rural pode alcançar, novas tecnologias, aumento da renda familiar e a pluriatividade que as famílias podem desenvolver em suas unidades de produção; e, visualizando o potencial existente nas agroindústrias, focou-se esta pesquisa no estudo das políticas públicas para o meio rural e em especial o desenvolvimento das agroindústrias no município de Gramado.

De acordo com Prezotto (2002), histórica e culturalmente os agricultores industrializam produtos agropecuários em pequenas propriedades, visando o consumo familiar ou a comercialização dos excedentes no mercado local. Com o objetivo de desenvolver iniciativas autônomas e capacidades próprias para abrir alternativas aos mercados tradicionais surge a agroindústria como uma alternativa na busca de novos nichos de mercado, utilizando-se da maior diversidade de produtos existentes em grande parte das propriedades familiares e na diferenciação desses produtos através de sua transformação dentro da propriedade, com o uso da mão de obra familiar (WILKINSON, 2008).

Definimos para este estudo o conceito de agroindústria familiar conforme definição de Mior (2005), que assim a descreve:

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico. (MIOR, 2005, p.191).

Cada vez mais presentes no meio rural, as agroindústrias familiares geridas pelos próprios agricultores, que processam a matéria-prima de suas unidades de produção, ganham enfoques maiores, seus resultados melhoram as condições socioeconômicas, culturais e ambientais das famílias rurais (MIOR, 2005). Assim sendo, é extremamente importante que a ciência se dedique ao estudo dessas agroindústrias, que crescem de forma significativa e transformam a realidade do campo brasileiro (MIOR; GUIVANT, 2004).

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA (2013) é dado às agroindústrias o mérito de serem notavelmente mais competitivas se comparadas a outros empreendimentos que não se caracterizam como tal. Sua capacidade de geração de renda e agregação de valor se deve ao processo produtivo “peculiar”, pois envolve de maneira intrínseca fatores sociais, ecológicos, nutricionais, éticos e artesanais, entre outros. Esses elementos permitem que as agroindústrias adotem o princípio da “diferenciação”, conferindo-lhes o poder de serem as únicas capazes de oferecer um produto com características particulares, cada vez mais aceitas pelos consumidores, podendo tornar-se uma tendência mundial, visto que em muitos países a prática da agroindustrialização é bastante expressiva e promove o desenvolvimento das áreas rurais (BRASIL 2013 *apud* WERLLE, 2014, p. 9).

Entretanto, mesmo usufruindo de vantagens em relação aos demais mercados, as agroindústrias muitas vezes defrontam-se com alguns entraves, como ausência de políticas de comercialização, burocracia na obtenção de créditos, falta de informação, mão de obra escassa, assistência técnica ineficiente, entre outros elementos que carecem de soluções e que nos dispusemos a analisar nessa pesquisa (SULZBACHER, 2009; CENCI 2007 *apud* WERLLE, 2014).

Com base nessa argumentação é necessário reconhecer quais órgãos e mecanismos vêm dando suporte às agroindústrias familiares, a fim de que sejam conhecidas/reconhecidas as ações públicas que atendem às necessidades e ambições das famílias rurais.

Para tal, essa pesquisa teve como objetivo geral estudar as principais ações públicas que proporcionaram incentivos às agroindústrias do município de Gramado/RS. Para nos auxiliar na busca por atingir o objetivo geral, se delimitaram os seguintes objetivos específicos: apresentar o contexto de formação das agroindústrias rurais locais; identificar e descrever as principais ações públicas do município de Gramado/RS; e revelar como as ações públicas chegaram aos proprietários das agroindústrias.

A pesquisa foi realizada através da abordagem qualitativa, e para a obtenção dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com roteiro de perguntas abertas, junto aos

responsáveis das agroindústrias e gestores de políticas públicas do município. Para a análise dos dados qualitativos utilizou-se os passos de redução, exibição e conclusão/verificação.

Assim, este estudo organiza-se em 3 capítulos, onde é exposto, no primeiro deles, o referencial teórico abordando as principais ações públicas voltadas à agroindústria familiar. No segundo capítulo são descritos os aspectos metodológicos utilizados na elaboração da pesquisa, e no terceiro é feita a apresentação, análise e discussão dos resultados.

2REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo da monografia são apresentadas e discutidas algumas noções e conceitos que auxiliarão na sustentação da discussão dos resultados da pesquisa. Iniciaremos com uma breve apresentação histórica da formação das políticas públicas para a agricultura familiar, para posteriormente adentrar no tema específico da agroindustrialização dos produtos da agricultura familiar.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Para elaboração deste estudo se optou por fazer um recorte de busca e de análise do material bibliográfico recolhido a partir de 1990 para a contextualização do tema. Buscou-se atentar especificamente para as mudanças ocorridas nesse período e as formas de desenvolvimento da agricultura familiar, ressaltando a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Para mais bem contextualizar, se realizou uma breve conceituação de autores referentes às políticas públicas. O termo política pública é definido por Mead (1995) como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Para Lynn (1980) se refere a um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Já Peters (1986) afirma que política pública é a soma das atividades dos governos, que age diretamente ou através de delegação, e que influencia a vida dos cidadãos (PETERS, 1986*apud*SOUZA, 2006). Para que se resuma a condição de criação ou planejamento de uma política pública, Souza (2006, p. 26) considera:

Política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Após uma breve consideração sobre os conceitos de políticas públicas se pode perceber que por um longo período da história da agricultura brasileira a prioridade das políticas públicas esteve direcionada aos grandes e médios produtores existentes no país, em detrimento da categoria da agricultura familiar. Nesse período, anterior a 1990, as políticas

públicas para a agricultura familiar eram quase inexistentes. Nesse sentido, Mattei (2001, p. 1) destaca que:

Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, em especial a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities* voltadas ao mercado internacional, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da produção familiar, o resultado dessas políticas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos campos do crédito rural, dos preços mínimos e do seguro da produção.

Marques (2014, p. 43-44), nesse mesmo sentido, afirma que:

Durante o regime militar, especialmente na segunda parte da década de 1970, o governo de Geisel começa, na Amazônia, grandes projetos agropecuários com o apoio financeiro de grandes corporações. Com a introdução de capital externo no Brasil surge a chamada Revolução Verde, que tem como principais características a introdução de multinacionais e transnacionais no campo dos chamados países subdesenvolvidos, baseado na introdução de incremento tecnológico na busca de produzir em grande escala. Com isso, a agricultura brasileira passou a usar, além de máquina e tratores, fertilizantes e defensivos agrícolas para atingir um melhor desempenho no desenvolvimento dos vegetais. Para o pequeno produtor a Revolução Verde não foi um bom negócio literalmente, pois, apesar de aumentar consideravelmente a produção, o desemprego entre os trabalhadores rurais e pequenos camponeses foi enorme. A essas pessoas não restou outra alternativa que não fosse a migração para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Essa evasão das pessoas do campo para a cidade trouxe consequências tanto para a população como para a economia do Brasil, pois se tornou um problema social para as grandes cidades causando o inchaço dos centros urbanos, evidenciando as deficiências de acesso a serviços públicos como saúde, educação e saneamento, uma vez que essa população migrante ocupa em maior parte as zonas periféricas desses locais e parte dela está no mercado de trabalho informal.

Silva (2005) afirma que os efeitos dos programas de fomento à agricultura implantados anteriormente influenciaram os resultados de ações públicas em curso e o histórico da intervenção governamental, impactando na trajetória da população e nas transformações na ocupação dos territórios. Portanto, os resultados obtidos pelos agricultores, assim como as condições em que se encontra a agricultura familiar, são, em grande medida, consequências da trajetória de políticas públicas específicas para o meio rural.

A partir de 1994, com a redemocratização e a liberdade para a população manifestar-se, os movimentos sociais rurais voltaram a se organizar. A primeira manifestação social desse momento histórico foi o “Grito da Terra”, que reuniu representantes da CUT (Central

Única dos Trabalhadores), do MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), do MST (Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra) e da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) reivindicando em Brasília melhores linhas de crédito. Schneider (2010, p. 515) constata que:

As lutas por crédito, por melhoria de preços, por formas de comercialização diferenciadas, pela implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, por proteção contra a desregulamentação e a abertura comercial indiscriminada (promovida no âmbito dos acordos do Mercosul), fizeram a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) aliar-se a outros movimentos emergentes, como o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), ligado à CUT, que havia sido criado em 1988. Daí emergiram formas de mobilização e lutas que produziram grande impacto político, tais como as Jornadas Nacionais de Luta, logo a seguir transformadas no Grito da Terra Brasil, movimento anual que persiste até hoje.

Schneider (2003) afirma ainda que esse movimento foi decisivo na união dos interesses dos agricultores familiares, pois:

Formou-se, portanto, uma nova categoria política que passou a congrega o conjunto dos pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros. Através da noção de agricultura familiar, esses agricultores passaram a constituir uma nova identidade política e a orientar, de maneira distinta, lutas sociais do movimento sindical rural, tal como expresso nos documentos mais recentes dessas entidades (SCHNEIDER, 2003, p. 31).

Assim, a agricultura familiar a partir de 1990 passa a ter grande importância como conceito para os movimentos sociais, as políticas públicas e cientistas que estudam a questão agrária, pois desloca a conceituação da análise da reforma agrária para temas contemporâneos e para a realidade concreta e atual da ruralidade brasileira.

Em 1995 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), vindo a ser implementado em 1996. No ano de 2006, o governo institui a Lei nº 11.326, onde foram definidas as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Assim, conforme estabelecido no artigo 4º:

A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios: I - descentralização; II - sustentabilidade ambiental, social e econômica; III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2021).

O PRONAF tem como objetivo geral fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuindo para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorando a qualidade de vida dos agricultores familiares. O PRONAF estabelece, em seu documento base, como sendo o objetivo primeiro do Programa:

A promoção do desenvolvimento sustentável do meio rural a partir da implementação de ações que possibilitem o aumento da capacidade produtiva, a manutenção e geração de empregos e a elevação da renda, visando à melhoria da qualidade de vida e ao exercício da cidadania pelos agricultores familiares (BRASIL, 2002, p. 7).

O ano de 1998 é marcado como referência na articulação de novos campos de abrangência do PRONAF. Esta capilaridade era pensada para que se incorporassem outras ações não somente voltadas para a produção primária e de infraestrutura, mas para que viesse a agregar valor e renda dentro das propriedades dos agricultores.

Com o intuito de demonstrar aspectos que pudessem contextualizar a trajetória vivenciada pela agricultura familiar, especificamente sobre o tema da agroindustrialização, dedica-se a próxima seção a apresentar as ações públicas destinadas a esse público.

2.2 POLÍTICA PÚBLICA DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Na seção a seguir busca-se conhecer e compreender as ações públicas voltadas à agricultura familiar na esfera federal, descrevendo e delineando suas áreas de abrangência, ações e foco dos programas mencionados.

2.2.1 Ações na esfera federal

Quanto à motivação para a criação de linhas de crédito para a agroindústria familiar, Wesz Junior (2011) destaca que a proposição de criar linhas de crédito rural específicas esteve fundamentada na situação com que o meio rural brasileiro se deparou ao longo da segunda metade do século XX. Essa situação se refere ao fato de a agricultura familiar ter sido objeto de um intenso processo de especialização produtiva que condicionou uma rápida perda de autonomia e a redução da renda desse público, proporcionando um ambiente de crescente vulnerabilidade para essas famílias (WILKINSON, 1999 *apud* WESZ JUNIOR, 2011).

A partir deste, outras políticas públicas enquadradas no PRONAF foram desenvolvidas para que se proporcionasse um maior leque de assistência aos produtores. No que diz respeito às agroindústrias têm-se as linhas de Crédito PRONAF Agroindústria e PRONAF Custeio/Agroindústria. Esse programa teve como objetivo:

Apoiar a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da sua produção, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, com consequente melhoria das condições de vida das populações beneficiadas, direta e indiretamente, pelo Programa (MDA/SAF, 2007, p.17).

É criada a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais definindo os requisitos que configuram o agricultor familiar, sendo eles: praticar atividades no meio rural; não deter área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; ter renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento e dirigir seu estabelecimento conjuntamente com sua família (BRASIL, 2006).

Esta política baseia-se nos seguintes princípios: 1. Prática de associativismo, cooperativismo e outras formas de organização social; 2. Valorização e resgate do patrimônio cultural (saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e suas organizações; 3. Inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais; 4. Gestão social da atividade, priorizando a interação dos agricultores familiares e suas organizações; 5. Estabelecimento das parcerias institucionais; 6. Manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura familiar; 7. Comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos; 8. Compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território, respeitando os valores e especificidades regionais; 9. Descentralização do planejamento e gestão dos programas acessados (BRASIL, 2006).

Dentre os focos das políticas públicas que consideram a importância da atividade de agroindustrialização, o projeto desenvolvido em consonância entre governos federal, estadual e municipal é de que se propiciem condições que levem à formalização dos empreendimentos familiares de forma a ampliarem sua produção e o seu mercado de comercialização. Conforme Wesz Junior (2012, p. 17):

A ideia era ter uma política no plano federal, mas a sua efetivação ficava em grande parte condicionada à mobilização e ao comprometimento de uma série de instituições públicas e privadas nos níveis estaduais e municipais, criando assim um ambiente institucional favorável para o desenvolvimento das estratégias de ação do programa, oportunizando e ampliando as ações pela proximidade entre implementadores e beneficiários.

Dessa forma, era fundamental que, de forma participativa, os gestores do Programa interagissem com as necessidades, dificuldades e potencialidades de seu público-alvo, a fim de afinar-se às proposições a que o Programa se destina. Sendo assim, a formalização das agroindústrias rurais aparece, na trajetória da agricultura familiar, como um foco importante da ação pública.

As agroindústrias familiares vinham enfrentando dificuldades para acessar determinados mercados, principalmente com relação à sua legalidade; dessa forma o Governo Federal implementou ações para capacitar o agricultor familiar, inseri-lo e mantê-lo de forma competitiva no mercado. É instituído o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), pela Lei 9.712, de 20 de fevereiro de 1998, e regulamentada pelo Decreto N° 5.741, de 30 de março de 2006, com o propósito de organizar as ações de vigilância e defesa sanitária dos animais e vegetais, sob a coordenação do Poder Público nas várias instâncias federativas e no âmbito de sua competência, articulando-se com o Sistema Único de Saúde no que for atinente à saúde pública, visando a promoção da saúde (MAPA, 2022).

O SUASA opera em conformidade com os princípios e definições da sanidade agropecuária, incluindo o controle de atividades de saúde, sanidade, inspeção, fiscalização, vigilância e educação dirigidas à produção, processamento e comércio de animais, vegetais, produtos e insumos da agropecuária. Dessa forma, para inspecionar e fiscalizar no âmbito das agroindústrias, foram constituídos os seguintes sistemas brasileiros: de Inspeção de Origem Animal (SISBI-POA) e de Inspeção de Origem Vegetal (SISBI-POV), onde os municípios podem integrar-se seguindo os padrões e medidas higiênico-sanitárias e tecnológicas do Sistema, ou simplesmente submeter-se à inspeção e fiscalização reconhecidas somente no âmbito de sua jurisdição (BRASIL, 2006b).

Papel fundamental também possui o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que dá suporte de capacitação e aperfeiçoamento aos sistemas produtivos, onde são acessados recursos e renda de forma sustentável. No ano de 2004 é lançada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), tendo como alvo os agricultores familiares, ressignificando os serviços do ATER, atrelados a um novo conceito de

desenvolvimento rural, com ações na organização dos agricultores, gestão dos processos participativos e apoio à comercialização e mercados institucionais, mantendo o foco no território e nas questões ambientais (BRASIL, 2019).

As ações de ATER são desenvolvidas nas agroindústrias na elaboração de projetos, na condução ao acesso a políticas públicas, acompanhamento dos projetos financiados, processos de legalização, acesso ao conhecimento de Boas Práticas de Fabricação, cursos de elaboração de produtos e gestão, entre outras atividades que envolvem as atividades das agroindústrias familiares. Instituições públicas de ATER como a EMBRAPA, EMATER e SENAR, vêm assistindo e conduzindo ao longo dos anos a multiplicação de novos empreendimentos em todo o território nacional (BRASIL, 2019).

A exemplo disto, a Embrapa, em 2014, desenvolve o Projeto “Repasse de Informações e implementação de Boas Práticas de Fabricação em agroindústrias familiares” visando dar embasamento aos agentes de desenvolvimento da agricultura no sentido de transformá-los em técnicos multiplicadores das Boas Práticas de Fabricação, higiene e sanidade para garantia da qualidade dos alimentos das agroindústrias familiares. O projeto se constituiu através de demanda do PRONAF para a capacitação de técnicos multiplicadores de conhecimento para que se diminuísse a incidência de possíveis não conformidades praticadas pelos pequenos empreendimentos. Foram realizados 43 cursos em 23 estados, sendo treinados 1162 técnicos e ministradas 1624 horas de cursos (EMBRAPA, 2014).

Ao passo que se constitui a legalidade das agroindústrias e adequação de suas atividades de processamento, é possível a inserção em mercados de escala institucional, pois estes complementam a renda e diversidade das esferas comerciais alcançadas pelo processo de agroindustrialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O programa visa colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza, ao mesmo tempo em que fortalece a agricultura familiar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que promove a aquisição e doação de alimentos para serem distribuídos em escolas, asilos e outras entidades também tem importância (MARTINS, 2012).

O programa PAA, segundo Martins (2012), é composto por ações base, que favorecem a compra de produtos agropecuários diretamente pelo governo. Com preço definido, uma dessas ações é a compra com doação simultânea diretamente às populações em situação de insegurança alimentar, ou doada para a merenda escolar por meio do PNAE, oportunizando ao agricultor familiar a formação de estoque de produtos alimentícios que objetiva a sustentação de preços e agregação de valor.

O PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da Educação Básica pública. O governo federal repassa a Estados, Municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. Com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (FNDE, 2017).

As dificuldades encontradas nas agroindústrias familiares são amenizadas pelas políticas públicas, que têm a função de auxiliar na resolução das necessidades dos agricultores, oportunizando melhorias na comercialização de produtos e nos processos de produção diante da adversidade do mercado (SILVA; NEVES, 2014). Dessa forma, os programas de compra institucionais como o PAA e o PNAE são mecanismos de intervenção da ação pública a fim de colaborar na destinação e comercialização assegurada através do Estado. Percebe-se que não somente as políticas de crédito são mecanismos para a promoção do desenvolvimento, mas essas ações também auxiliam na ampliação dos mercados atingidos pelos produtos da agroindústria familiar.

As ações em âmbito federal aqui descritas, retratam o vasto cenário institucional em que as agroindústrias familiares se inserem, considerando que a partir de 1990 as políticas públicas foram direcionadas para que os agricultores construíssem novas estratégias de manutenção social e econômica, como uma alternativa às condições que a agricultura enfrentava até então. Segundo Pellegrini e Gazolla (2011) essas experiências também agem no sentido de: (a) gerar processos mais autônomos de produção e de relacionamento com os mercados; (b) serem nichos potenciais de construção de novas combinações sociotécnicas diversas (novas redes, mercados, organizações sociais e tecnológicas, produtos e/ou processos); e (c) auxiliarem as famílias na produção de maiores valores agregados aos seus alimentos, mantendo esses agricultores ativos enquanto atores sociais, na busca de sobrevivência nos espaços rurais.

Assim sendo, após a abordagem das políticas públicas voltadas para as agroindústrias no tocante às atribuições e ações propostas e disponibilizadas em nível federal, percebe-se a construção de projetos que promovem e induzem o desenvolvimento das famílias rurais, como ATER, PRONAF e PNAE. Para a sequência da abordagem de políticas públicas para agroindustrialização adentraremos especificamente as propostas no Estado do Rio Grande do Sul.

2.3 AÇÕES NA ESFERA ESTADUAL – RIO GRANDE DO SUL

Na seção a seguir busca-se entender as ações públicas voltadas à agricultura familiar na esfera estadual, compreendendo suas áreas de abrangência, ações e foco de seus programas.

2.3.1 PEAFF – Política Estadual da Agroindústria Familiar

No Rio Grande do Sul, a contribuição do Poder Público se deu através da criação da Lei Estadual nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012, que instituiu a Política Estadual da Agroindústria Familiar, e estabeleceu um conceito legal definido em seu artigo 2º, inciso II, como sendo:

Agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal os estabelecimentos agroindustriais com pequena escala de produção dirigidos diretamente por agricultor(es) familiar(es) com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, cuja produção abranja desde o preparo da matéria-prima até o acabamento do produto seja realizada com o trabalho predominantemente manual e agregue aos produtos características peculiares, por processos de transformação diferenciados que lhes confirmem identidade, geralmente relacionados a aspectos geográficos e histórico-culturais locais ou regionais (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Também em 2012 foi instituído o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF), sendo este o instrumento articulador e executor das políticas, o qual possibilita a emissão de um certificado através do selo “Sabor Gaúcho”. O PEAFF foi criado através do decreto nº 49.341, de 05 de julho 2012 e em seu artigo 2º apresenta desta forma seus objetivos gerais:

I - a organização dos agricultores familiares e públicos tradicionais; II - valorizar o trabalho coletivo, a promoção e o fomento; III - a implantação e a legalização de agroindústrias familiares e agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal, com vista ao desenvolvimento rural sustentável; e IV - a promoção da segurança alimentar e nutricional da população, bem como ao incremento à geração de trabalho e renda (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Importante ressaltar também as condições que esse programa disponibiliza à agricultura familiar no que diz respeito a sua execução, as quais são expostas no Artigo 7º quanto a sua coordenação e operacionalização:

I – fomentar a implantação e legalização das agroindústrias familiares; II – contribuir, de acordo com as Políticas relacionadas ao Programa de Agroindústria Familiar, para disponibilizar serviços nas áreas tributária, de licenciamento sanitário e ambiental com o propósito de regularizar as agroindústrias familiares; III – promover a formação continuada dos beneficiários, especialmente nas áreas da produção, da gestão, da cooperação e da comercialização; IV – disponibilizar apoio à promoção e a comercialização dos produtos das agroindústrias familiares; V – manter inscrição e cadastro das agroindústrias familiares e de projetos desenvolvidos; VI – estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas a fim de potencializar as ações do Programa; VII – promover a divulgação de atividades, especialmente entre os beneficiários diretos e a população em geral; VIII – promover a utilização de selo(s) de marca de certificação dos produtos da agroindústria familiar; IX – analisar a viabilidade técnica e econômica dos projetos a serem desenvolvidos; X – coordenar ações destinadas à consecução de seus objetivos; XI – orientar e acompanhar a execução dos projetos a serem executados; XII -viabilizar aspectos técnicos e financeiros necessários ao desenvolvimento das suas ações; XIII – promover a capacitação e apoiar os serviços de inspeção e de fiscalização de produtos das agroindústrias familiares com vista à adequação ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI – POA e ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SISBI – POV, ambos integrantes do SUASA e do SUSAF-RS (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Para que as famílias possam se enquadrar no programa é necessária a busca da EMATER para a realização do cadastro do beneficiário e que sejam atendidos os requisitos do Programa.

Na primeira etapa, referente ao cadastro, o Programa disponibiliza: apoio na implantação e legalização das Agroindústrias Familiares e das Agroindústrias Familiares de Pequeno Porte de Processamento Artesanal; formação técnica dos beneficiários cadastrados do PEAf; adequação Ambiental; elaboração e adequação de layout de rótulos. Já na segunda etapa é disponibilizado: apoio à promoção e à comercialização dos produtos das agroindústrias familiares; vinculação da agroindústria familiar incluída no PEAf junto ao sistema de cadastro de contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul; e uso da marca mista nominativa/figurativa Sabor Gaúcho nos rótulos dos produtos (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Percebe-se em um primeiro momento que o programa se propõe a promover todo o apoio necessário para que a agroindústria tenha uma estrutura adequada e própria seguindo as normas sanitárias e ambientais. Após todas as adequações, o programa ainda disponibiliza ações para que a agroindústria se desenvolva, frente à estruturação de mercado e disponibilidade de acesso a meios de comercialização e valorização dos produtos da agricultura familiar.

Segundo dados disponibilizados pelo Governo do Rio Grande do Sul (2022) existem no Estado 1.518 agroindústrias legalizadas ou inclusas no PEAf do total de 3.400 empreendimentos cadastrados. Isso demonstra a importância desta política pública, sendo que

operando dentro dos requisitos legais vigentes lhe são facilitados serviços diferenciados. A região com melhor desempenho no cadastro e inclusão se estabelece no Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) da Serra, tendo 318 agroindústrias cadastradas e 172 inclusas no Programa (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Essas ações públicas vêm desempenhando papel importante no que tange à formalização das agroindústrias rurais. E, com isso, permite que esses empreendimentos acessem mercados e linhas de crédito antes não permitidos, devido à falta de registros legais. O PAA, o PNAE e as Feiras Estaduais da agricultura familiar podem ser citados como exemplos.

Segundo a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, o PEAFF, oportuniza linhas de crédito aos agricultores familiares com juros mais baixos através do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais); amplia a participação dos agricultores familiares aos mercados institucionais, tais como PAA e PNAE; oferece serviços de orientação para regularização sanitária e ambiental; presta suporte técnico para elaboração de rótulos em conformidade com a legislação sanitária vigente, entre outros; disponibiliza espaços de comercialização mediante apoio à estruturação de feiras com expressão regional e estadual voltadas ao público legalizado junto ao PEAFF. Além disso, o PEAFF estimula a organização dos agricultores familiares em estruturas associativas e cooperativas (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Como complemento das ações desenvolvidas pelo Programa, Sá (2019) relata os sistemas utilizados para a regulamentação e inspeção a serem atendidos pelos beneficiários:

No ano de 2011 o Rio Grande do Sul instituiu o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF-RS), regulamentado em 2012, que prevê a equivalência do Sistema de Inspeção Municipal (SIM) à Coordenadoria de Inspeção Estadual e Sanitária de Produtos de Origem Animal (CISPOA), concedendo adesão ao Sistema e possibilitando às agroindústrias a comercialização intermunicipal em todo o estado (SÁ, 2019, p.15).

A criação desses sistemas auxilia na inserção dos produtos no mercado formal e com a descentralização desses dois serviços de inspeção, o processo de legalização é facilitado e menos oneroso para a família, impulsionando a formalização de novas agroindústrias. Também a manutenção e atenção quanto à qualidade higiênico-sanitária é reforçada, garantindo maior segurança dos alimentos, além de fortalecer a economia local e a circulação e arrecadação dos municípios, impactando na condição social em que a agroindústria está

inserida, capaz de desenvolver não apenas a família, mas seu contexto organizativo local e regional (SÁ, 2019).

Wesz Junior (2009) reitera que olhando pelo lado do desenvolvimento rural, as unidades de processamento dentro das propriedades possibilitam aos agricultores uma elevada autonomia produtiva, o que reduz a própria vulnerabilidade econômica e social das famílias. Além disso, a presença de uma série de agroindústrias situadas de forma descentralizada no espaço rural gera uma importante dinâmica ocupacional e de fomento às economias locais (MIOR, 2005).

No que se refere aos atributos culturais e ambientais, os empreendimentos familiares resgatam uma série de valores familiares no momento da produção (SILVEIRA; ZIMERMANN, 2004), reaproveitando os resíduos da agroindústria dentro da propriedade (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2009b).

Ao passo que acontece a evolução do programa PEA/RS, Gazolla (2012) conclui, em seu estudo, uma análise de como as políticas públicas se refletem nas agroindústrias:

Com relação ao PEA/RS, caracterizou-se pela transitoriedade de suas ações em quase todo o seu período evolutivo. Isso foi modificado a partir de 2011 com a aprovação de Lei que estabelece a política estadual de agroindustrialização. Este é o principal avanço das ações de agroindustrialização estaduais, já que agora elas são consideradas políticas de Estado, tendo caráter permanente. Como principais ações efetuadas pelo programa, destacam-se a concessão de crédito rural para as agroindústrias, recursos para embalagens, vendas com Notas do Bloco de Produtor Rural, fornecimento de cursos e assistência técnica através da EMATER, código de barras aos alimentos, Selo Sabor Gaúcho, apoio na construção dos mercados, formalização institucional de 360 agroindústrias em 2011, licenciamento ambiental, fiscal e jurídico das agroindústrias que tem até 250m² (GAZOLLA 2012, p.261).

O autor considera o PEA/RS como “o programa mais completo de fortalecimento das agroindústrias por suas ações abrangerem várias frentes e dimensões dos processos familiares de agroindustrialização” (GAZOLLA 2012, p. 262). Esse processo positivo decorre do leque de demandas que os agricultores têm, variando desde acesso a mercados para os produtos processados, preços pagos aos agricultores, assistência técnica, legalização, e que, aos poucos, vão sendo atendidos.

Buscou-se compreender os objetivos do PEA/RS e a apresentação de seus resultados que visam a adequação dos empreendimentos rurais familiares e sua importância na visão de autores enquanto mecanismo de desenvolvimento. Na sequência será apresentada a instituição EMATER/RS que se instituiu como uma política de assistência e extensão rural promovida e disponibilizada pelas esferas federal e estadual.

2.3.2 ATER – EMATER/RS

A missão essencial das instituições de extensão rural é criar situações dentro das quais as pessoas se desenvolvam educacionalmente e como cidadãos. Na década de 1970 é criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), tendo como objetivo a intensificação da produção e modernização tecnológica na agricultura, tendo como papel direcionar e coordenar as ações extensionistas em todo o país, inclusive as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, atuantes nas esferas estaduais (PEIXOTO, 2008).

A partir dos anos 2000 são desenvolvidas ações para as populações rurais orientadas pelo MDA/SAF, para o atendimento das demandas reivindicadas pela sociedade civil. O extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) executava a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), tendo como objetivo a prestação desse serviço para esse público na seguinte forma:

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o principal objetivo dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável (MDA, 2012).

Peixoto (2008, p. 8) propõe três formas de conceituar a extensão rural: como processo, como instituição e como política, assim descrevendo-as:

Como processo, extensão rural significaria, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural. Todavia, como processo, em um sentido amplo e atualmente mais aceito, extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não. Neste caso, a extensão rural difere conceitualmente da assistência técnica pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de Ater, organizações não governamentais, e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica. No segundo sentido, como instituição ou organização, frequentemente encontrarmos textos dizendo, por exemplo, que “a extensão rural desempenha nos estados um papel importante no processo de desenvolvimento dos pequenos produtores”. Aqui “a extensão rural” refere-se às organizações estatais dos estados, prestadoras dos serviços de Ater. A expressão “extensão rural” é entendida, neste caso, como a instituição, entidade ou organização pública prestadora de serviços de Ater nos estados, cuja origem e história serão abordadas na seção seguinte deste texto. O termo extensão rural também pode ser entendido como uma política pública. Neste caso referimo-nos às políticas de extensão rural, traçadas pelos governos (federal, estaduais ou municipais) ao longo do tempo, através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas.

Segundo estudo de Souza (2017) o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Food and Agriculture Organization (FAO), em 2003, realizaram uma pesquisa sobre o perfil dos serviços de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e assentados no Brasil, que foram agrupados em 11 categorias: 1. Governamentais; 2. Prefeituras; 3. ONGs; 4. Representativas; 5. Prestadora de serviços; 6. Cooperativas de produção com trabalho em ATER; 7. Ensino e pesquisa; 8. Cooperativas de crédito; 9. Agroindústria; 10. Outras públicas: Instituições públicas de ação estadual ou regional; 11. Sistema S (SEBRAE, SENAR).

Assenta-se após a exposição do autor, quanto aos meios que possam ser utilizados para a execução da assistência técnica, no âmbito governamental, a instituição EMATER/ASCAR que possui forte inserção no Rio Grande do Sul no que tange aos processos de agroindustrialização da agricultura familiar. Na década de 1990, a orientação institucional determinou a priorização de atendimento aos agricultores familiares, tendo designado a EMATER como entidade executora do Programa da Agroindústria Familiar (PEAF) pela Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, o setor de agroindústria da EMATER/RS-ASCAR atua na assistência técnica nas seguintes frentes: elaboração de perfis de agroindústria; elaboração de projeto sanitário, ambiental e de crédito; formação de beneficiários em gestão agroindustrial, boas práticas de fabricação e tecnologia de processamento dos alimentos; orientação nas legislações previdenciária, sanitária, tributária e ambiental; elaboração de rótulos e o apoio à comercialização (EMATER, 2022).

Como função fundamental da EMATER considera-se a responsabilidade por executar as políticas públicas, levando aos municípios proposições em prol do desenvolvimento rural, através de projetos e acompanhamento continuado. O serviço prestado pela EMATER para as agroindústrias ocorre de forma gratuita subsidiada pelos órgãos públicos. E da mesma forma prestam assistência para a regularização das agroindústrias dentro das normas legais necessárias para a comercialização (EMATER, 2022).

Dentre as ações que a EMATER tem como propósito, podemos exemplificar o projeto que conta com a união de diversos setores da assistência e extensão entre eles o SEAPDR/RS, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Cooperativa de Crédito Sicredi, intitulado “Juntos pelas Agroindústrias” na região de Frederico Westphalen, envolvendo 42 municípios da região Norte do Estado. Entre os objetivos do projeto está a geração de renda e a agregação de valor à produção da agricultura familiar, melhoria da qualidade dos produtos através da formação continuada, capacitação e organização dos fluxos de produção, aplicação de

estratégias de divulgação para impulsionar a comercialização, melhoria dos processos de gestão e aumento da competitividade das agroindústrias, ampliação dos canais de venda, realização de feiras, entre outras ações que visam o fomento da atividade e a qualificação das famílias envolvidas. Tendo como atividades, cursos, capacitações, palestras e feiras além do acompanhamento *in loco*, realizado por extensionistas rurais às famílias envolvidas (EMATER, 2020).

Outro exemplo de consonância de ação pública municipal e a EMATER é a consolidação do Programa Municipal de Apoio à Agroindústria Familiar – Gramado Colônia, no Município de Gramado/RS, através da Lei Municipal nº 3603 de 2017, sendo coordenado e operacionalizado por agente designado da Secretaria Municipal de Agricultura, tendo como finalidade promover o desenvolvimento das agroindústrias familiares, estimular a valorização da produção local, possibilitar a agregação de valor à produção primária, bem como alavancar a formalização dos empreendimentos rurais (GRAMADO/RS, 2017). Segundo dados disponibilizados pela Secretaria, até 2020 cerca de 54 agroindústrias foram contempladas com o Programa, recebendo os subsídios para formalização e adequação, além do suporte técnico da EMATER para enquadramento ao Programa, promoção de cursos e assistência técnica, e o acesso a linhas de crédito como PRONAF e FEAPER (GRAMADO/RS, 2017).

Percebe-se a capilaridade que a EMATER adquiriu ao longo do período, trazendo para o campo de trabalho não somente o apoio técnico e agregação de conhecimento na prática do “fazer”, mas também uma fonte de acesso às ações públicas disponibilizadas aos agricultores, que propiciem condições favoráveis para ampliação da geração de renda e emprego na agricultura.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente trabalho sobre ações públicas de agroindustrialização no Município de Gramado/RS baseou-se em uma pesquisa qualitativa, muito utilizada no campo das Ciências Sociais, a qual procura compreender e explicar o contexto e a dinâmica das relações sociais do objeto em estudo (RAMOS, 2009; GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Para Godoy (1995) uma pesquisa qualitativa considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave. Possuindo caráter descritivo, o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto.

A natureza da pesquisa é básica de diagnóstico que “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51). Dessa forma, se buscou traçar o panorama real das agroindústrias familiares quanto ao acesso às políticas públicas disponibilizadas. Para tal, dados secundários como documentos, legislações, artigos, publicações e registros de entidades organizativas foram utilizados para ampliar o campo de conhecimento teórico da pesquisa.

A obtenção de dados se deu através de fontes primárias, ou seja, por meio de entrevistas semiestruturadas, mantendo o foco no tema a ser abordado, mas dando amplitude ao entrevistado de expressar qualquer que fosse sua opinião quando ao objeto de estudo. Rocha (2020) traz o conceito de entrevista semiestruturada como sendo:

[...] uma técnica qualitativa utilizada para coletar dados. Sendo assim, seu foco recai nas crenças, percepções, atitudes, emoções e assim por diante. Uma vez coletados, esses dados podem ser analisados em uma abordagem qualitativa ou quantitativa. Um outro ponto importante é a interação entre flexibilidade e estrutura desse tipo de entrevista e as consequências que isso tem para a validade e confiabilidade dos dados coletados. (ROCHA, 2020, p.21)

O estudo iniciou-se com a pesquisa bibliográfica para que se desse suporte ao entendimento quanto às políticas públicas desenvolvidas para as agroindústrias familiares, abordando ações na esfera federal, estadual e de ATER através da EMATER/RS, corroborando com ações desenvolvidas no Estado do Rio Grande do Sul e no município de Gramado.

A pesquisa de campo iniciou-se com a coleta de dados obtidos através de entrevistas, por roteiro de perguntas abertas, conforme disposto nos Apêndices A e B desta monografia. Segundo Gonsalves (2001, p.67):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro

mais direto. Nesse caso o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Tal pesquisa fez uso de uma amostra intencional não probabilística, no município de Gramado, definindo os sujeitos entrevistados mediante os critérios de acesso às principais políticas públicas, uma vez que inicialmente foram realizadas as entrevistas com gestores e a partir dos dados disponibilizados selecionaram-se responsáveis por agroindústrias que foram entrevistados.

Na amostra intencional o (a) pesquisador (a) define os (as) entrevistados (as) a partir do conhecimento que eles (elas) possuem sobre o tema ou almejando alcançar representação subjetiva. Pode ser usada para garantir que casos raros ou negativos façam parte da pesquisa (ROCHA, 2020).

Delimitaram-se perguntas aos agricultores para a contextualização das agroindústrias familiares, e uma segunda entrevista aos agentes propositores de políticas públicas do município de Gramado, sendo eles Gestor 1 Secretaria Municipal de Agricultura- Setor de Agroindústrias e Gestor 2 EMATER. As entrevistas foram realizadas através de uma visita presencial ao gestor da Secretaria da Agricultura, agendada com antecedência, gravada e transcrita. As demais entrevistas foram realizadas por chamadas através de internet, não sendo possível a visita física na propriedade da família. Ao iniciar as entrevistas a discente apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme Anexo A, a fim de que os entrevistados tomassem conhecimento do objetivo do presente estudo, para que ocorresse sua manifestação no sentido de participar (ou não) de forma livre e consciente. Também se utilizou a técnica de diário de campo junto às entrevistas para a pesquisa, no qual foram realizadas as anotações referentes a toda coleta de dados e as observações da pesquisadora quanto às ações, fenômenos, percepções de seus entrevistados. Conforme Araújo *et.al. al.* (2013, p. 54):

O diário tem sido empregado como modo de apresentação, descrição e ordenação das vivências e narrativas dos sujeitos do estudo e como um esforço para compreendê-las [...]. O diário também é utilizado para retratar os procedimentos de análise do material empírico, as reflexões dos pesquisadores e as decisões na condução da pesquisa; portanto ele evidencia os acontecimentos em pesquisa do delineamento inicial de cada estudo ao seu término.

Foram realizadas 9 entrevistas, sendo 7 responsáveis por agroindústrias familiares já formalizadas e adequadas às leis vigentes, tendo seus empreendimentos situados nas seguintes localidades: Serra Grande, Linha Furna, Linha Nova, Linha 15 de Novembro, Linha Ávila, Morro Redondo e Linha Tapera; além de dois gestores de políticas públicas, no período do

mês de maio de 2022. A identificação dos responsáveis e suas agroindústrias no texto se dá através de letras do alfabeto, preservando a identidade de cada indivíduo, assim, utilizou-se desde a Agroindústria A até Agroindústria G. Também foram entrevistados gestores responsáveis pela condução e acesso às políticas públicas, sendo estes descritos como Gestor 1 (responsável Secretaria da Agricultura de Gramado) e Gestor 2 (Extensionista da EMATER).

Utilizou-se a análise qualitativa neste trabalho, considerando os dados coletados em campo. Esse método não se restringe a utilização de fórmulas e métodos estatísticos para a análise dos dados. Na análise qualitativa não existem procedimentos ou metodologias predefinidas para analisar os dados (GIL, 2010). Desta forma Gil (2010) cita os estudos de Miles e Huberman (1994) que apresentam três momentos que podem ser seguidos na análise dos dados: redução, exibição e conclusão/verificação.

Assim, para este estudo adotou-se a seleção e simplificação dos dados obtidos no trabalho de campo, após realizou-se a organização dos dados selecionados para a análise sistemática através de textos. E por fim, a identificação e revisão dos dados para sua validade e sua significância para, então, formular as conclusões. Os dados foram expostos em forma de texto, para facilitar o entendimento do leitor.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

O município de Gramado situa-se na encosta inferior nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, “pela lei estadual 7.199, de 31 de março de 1.938, o povoado de Gramado foi elevado à condição de vila” e “em 15 de dezembro de 1954, pela lei estadual 2.522, Gramado conquistou sua autonomia, desmembrando-se de Taquara” (GRAMADO, 2018, p. 10).

O município de Gramado compreende a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, que é composta por 6 microrregiões, e está inserida na Microrregião Gramado-Canela composta por 15 Municípios sendo eles: Canela, Dois Irmãos, Gramado, Igrejinha, Ivoti, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Nova Petrópolis, Picada Café, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, Taquara e Três Coroas (GRAMADO, 2018).

Dados do IBGE (2020) declaram que a área territorial que compreende o município de Gramado é de 239,341 km². Sua divisão territorial é composta por 16 bairros urbanos e 22 comunidades rurais denominadas “linhas”. O município situa-se a 843 metros de altitude, com coordenadas sexagesimais de Latitude: 29° 22' 8" Sul, Longitude: 50° 52' 43" Oeste e coordenadas geográficas decimais de Latitude: -29.3688 e Longitude: -50.8786 (IBGE, 2020).

O município se situa a uma distância de 81 km da capital Porto Alegre e faz limite com os seguintes municípios e sua respectiva distância: A leste, Canela distante 6,4 km; ao sul Três Coroas distante 19,6 km; a oeste Santa Maria do Herval distante 20,6 km e Nova Petrópolis distante 34,9 km; e ao norte Caxias do Sul distante 36,8 km. A principal atividade econômica do Município é a promoção do turismo, que gera influência em outros setores como serviço, indústria e comércio, gerando empregos e renda (GRAMADO, 2018).

No censo IBGE Cidades (IBGE, 2017), no ano de 2010, a população do município era de 32.273 habitantes, tendo uma densidade populacional de 135,7 hab./km². A população residente em área urbana compreende 29.013 pessoas e na área rural 3.260 pessoas. Existe um equilíbrio entre a população de faixa etária entre o número de homens e mulheres até os 54 anos de idade, mantendo uma relação de 49% para homens e 50% para mulheres. Acima de 54 anos, o número de mulheres é gradativamente maior, chegando a 77% na população com mais de 95 anos.

Segundo dados da Prefeitura do Município, em 2015, o salário médio mensal era de 2.4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 65.3%. Na comparação com os outros Municípios do Estado, ocupava as posições 127 de 497 e 2 de 497, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 723 de 5570 e 28 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 20.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 432 de 497 dentre as cidades do Estado e na posição 5475 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Segundo dados da Prefeitura do Município, em 2014, o Município possuía um PIB per capita de R\$43.910,31 (GRAMADO, 2018, p. 10). Na comparação com os demais Municípios do estado, sua posição era de 49 de 497. O PIB atingindo em 2018 é de R\$ 54.901,17 (IBGE, 2020).

Segundo o IBGE (2020) o índice de GINI do município é de 0,38 e IDH de 0,746. Encontra-se no patamar de médio desenvolvimento, com índice de 0,767 em 2018. Os dados disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE, 2016), no ano de 2016 conferem ao Município no Bloco Saúde o índice de 0,865, na educação índice de 0,771 e renda índice de 0,865 tendo o IDESE para este período de 0,817 ocupando o 36º ordem no ranking estadual.

O Município conta com o COREDE e a Associação dos Municípios. Gramado está inserido no COREDE da Região das Hortênsias que é composto por sete Municípios: Picada Café, Nova Petrópolis, Gramado, Canela, São Francisco de Paula, Jaquirana e Cambará do Sul. O COREDE Hortênsias constitui-se em um importante instrumento de governança, com

coordenação regional e articulação com os órgãos estaduais, com as entidades civis legalmente organizadas, lideranças e o setor produtivo (COREDE, 2017).

Segundo dados disponibilizados pela Câmara Municipal de Gramado para o ano de 2020 na Lei Orçamentária Anual (LOA) foram destinados para a Secretaria da Agricultura o montante de R\$8.441.338,07, aproximadamente 3% da Receita Projetada Estimada (CÂMARA MUNICIPAL DE GRAMADO, 2021).

Este orçamento é distribuído para o desenvolvimento das unidades de produção do Município que correspondem, quanto ao seu uso terra, a uma área total de 8.568 hectares, sendo distribuídos 1.532 hectares para lavouras (temporárias, permanentes e área para cultivo de flores), 1.428 ha. para pastagens (naturais, plantadas em boas condições, plantadas em más condições), 4.774 ha. de matas ou florestas (naturais, naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, florestas plantadas), 489 ha. para sistemas agroflorestais (IBGE 2018).

Quanto à produção agrícola é possível representar a quantidade produzida por área destinada para plantio no ano de 2019, sintetizadas em: lavouras permanentes 2.468 toneladas produzidas em 155 hectares; lavoura temporária com produção de 8.441 toneladas em 929 hectares. A pecuária possui alguns setores em destaque que, segundo o IBGE (2020), apresentaram o seguinte efetivo: Galináceos 114.500 cabeças; bovinos de corte e leite 2.531 cabeças; suínos 1.555 cabeças; e ovinos 925 cabeças. Além de constar outras criações menos expressivas.

Além dessas atividades, destaca-se a crescente evolução na quantidade de agroindústrias familiares e roteiros turísticos fomentados por associações, pela Prefeitura e por grupos de agricultores.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES EM GRAMADO

Este capítulo tem como finalidade apresentar os resultados e discussões obtidos através da pesquisa. Neste sentido, o presente capítulo é dividido em duas seções. Na primeira delas será apresentado o contexto de formação e as características das agroindústrias familiares, considerando ano de formação, pessoas envolvidas na atividade, seus produtos, canais de comercialização e as motivações familiares para o início das atividades agroindustriais. Na segunda seção serão apresentadas as políticas públicas disponíveis e como estas foram acessadas pelas agroindústrias, além das mudanças e desafios enfrentados pelas famílias desde a concepção dos empreendimentos.

4.1.1 Agroindústrias familiares no Município de Gramado

Buscou-se através das entrevistas realizadas caracterizar as agroindústrias rurais, apresentando seu perfil e o contexto em que sua atividade está inserida. Os anos de formação compreendem em sua maior parte o início após o ano de 2013, sendo que somente a agroindústria B possui mais de 20 anos de formalização, desde o ano de 2000.

A mão de obra empregada nas agroindústrias é basicamente familiar. Quatro agroindústrias realizam as atividades com duas pessoas responsáveis; três agroindústrias apresentaram quatro pessoas, compreendidas pelo trabalho realizado pelos filhos ou irmãos. Apenas as agroindústrias A e E relataram a contratação de mão de obra externa pela demanda das safras, pois a família dedica-se a outras atividades não agrícolas fora da propriedade, ou à produção de matéria-prima.

O perfil das famílias é definido por Mior (2005, p.191) onde o termo “agroindústria familiar rural foi concebido para caracterizar pequenas unidades, conduzidas por famílias de agricultores familiares, que processam produtos de origem animal e vegetal”.

Quanto à origem dos produtos, apresentaram-se como resultados: quatro agroindústrias processam produtos de origem vegetal, compostos pela fabricação de geleias, doces de frutas cremosos, frutas em conserva e cristalizadas (agroindústrias B, D, E, G). A agroindústria A é produtora de origem animal, criação de galinhas poedeiras para a

comercialização de ovos. A agroindústria C produz vinagres de origem vegetal por processo artesanal, classificado como “bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres”. E a agroindústria F elabora produtos farináceos como massas, *waffles*, biscoitos e cookies.

Observa-se através da coleta dos dados que o número de agroindústrias processadoras de origem animal no município de Gramado apresenta-se em menor número, se sobressaindo às processadoras de origem vegetal.

Quanto aos canais de comercialização mais acessados pelas agroindústrias demonstrou-se como alavancador de vendas o espaço “Casa do Colono”, localizado no centro do município de Gramado. Este empreendimento é destinado à comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar e agroindústrias do município, sendo mantido pela Prefeitura Municipal até o ano de 2021. Conforme relatado pelos entrevistados, este espaço continua sendo destinado à comercialização dos produtos rurais, porém passou a ser administrado por empresa privada por processo licitatório, operando conforme delimitações da licitação, como por exemplo, suas vendas serem exclusivamente oriundas de agricultores locais.

Outro canal de comercialização bastante citado por todos os entrevistados foi a “Festa da Colônia”, evento organizado pela Prefeitura Municipal de Gramado e com frequência anual. Geralmente esse evento ocorre entre os meses de abril e maio, e conta com espaço físico fixo e setorizado. Para as agroindústrias há um pavilhão, onde são organizadas as bancas e cada produtor é responsável pela comercialização e organização de seu espaço. Esse evento possui uma contrapartida de cada produtor, um “aluguel simbólico” para a manutenção da infraestrutura.

Como sequência de respostas referentes à comercialização, os agricultores ainda destacaram locais como mercados do município, lojas focadas em produtos artesanais, naturais e coloniais, além de uma parcela menor enviada para outros Estados, além de feiras locais realizadas semanalmente.

Ainda a pesquisa buscou compreender quais as motivações que levaram os agricultores a desenvolverem a agroindustrialização em suas propriedades. Encontraram-se diversos argumentos, como geração de renda extra para a família, aproveitamento do excedente da produção, o saber-fazer passado entre as gerações, poder comercializar formalmente os produtos, possibilidade de sucessão familiar e agregar valor aos produtos da propriedade. Essas respostas demonstram que o processamento é uma importante alternativa para as famílias que têm o anseio de modificar ou melhorar suas produções, agregando valor e aproveitamento das matérias-primas.

Ainda, os entrevistados foram questionados quanto às mudanças que ocorreram para a família após a constituição das agroindústrias em sua propriedade e os desafios encontrados. As mudanças foram apresentadas pelos entrevistados de forma positiva, como melhor organização dos espaços produtivos, mais adequados para o processamento, o aumento de renda, o planejamento dos trabalhos na agroindústria, divisão de tarefas entre os componentes da família tanto para a produção da matéria-prima como na atividade de processamento e infraestrutura de produção mais adequada. Como relatou a produtora da agroindústria D, após as mudanças com a formalização e adequação da agroindústria: “Ficou mais gostoso de trabalhar, mais organizado, hoje temos um espaço adequado para produzir, somos de uma cultura que acreditava que a legalização era uma coisa absurda, uma crença de que era difícil” (Entrevistada Agroindústria D).

Os desafios relatados pelos agricultores estão em sua maior parte relacionados ao processo de formalização, processos burocráticos, adequação dos espaços de processamento, readaptar-se para poder conciliar as atividades agrícolas com a agroindústria, reorganizar a rotina, problemas relacionados à dimensão de maquinários e energia elétrica disponível. Percebeu-se que os agricultores não são contrários a essas normas, mas creem que elas deveriam ser reavaliadas e distintas para os pequenos empreendimentos, com vista à realidade das agroindústrias familiares.

Várias questões principalmente relacionadas à legislação sanitária são elaboradas a partir da realidade de grandes empresas de alimentos, que impõem uma estrutura de processamento e normas além da realidade e capacidade produtiva das agroindústrias familiares. Muitas vezes acarretando na não formalização desses empreendimentos pela sua inviabilidade, mostrando-se necessário aprofundar essa questão e promover ações focadas à realidade, adaptando arranjos produtivos ao pequeno agricultor, que por sua vez poderá recompensar oferecendo um produto de maior qualidade e padronização (CRUZ, 2007).

Assim como abordado no referencial teórico, a evolução das políticas públicas vem amparando essas emergências dos empreendimentos familiares, que antes não possuíam nenhum subsídio ou assistência e eram levados a manter-se na informalidade. Dessa forma, programas constituídos como o PEAFF e o Gramado Colônia, apresentados anteriormente, se apresentam como alternativas mais próximas e menos burocráticas, condizentes com as realidades locais.

Até o momento nos dedicamos a caracterizar e interpretar o perfil das agroindústrias do município de Gramado; a seguir trataremos de quais políticas públicas são acessadas, disponibilizadas e operacionalizadas no município.

4.1.2 Agroindústrias rurais familiares de Gramado e o acesso às políticas públicas

Como já mencionado, as políticas públicas construídas pelo governo brasileiro desde 1990 para que os empreendimentos familiares rurais ganhassem visibilidade e viabilidade, se tornam relevantes na construção de um novo setor rural: a agroindustrialização. Para que se compreendam quais políticas públicas estão sendo disponibilizadas no município de Gramado, os dados disponibilizados pela Secretaria de Agricultura e EMATER demonstram que os agricultores têm acesso aos seguintes Programas: Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF); Programa Gramado Colônia; acesso a crédito rural (linhas de PRONAF e FEAPER); apoio à comercialização nos mercados institucionais (PNAE); e assistência técnica estadual e municipal (operacionalizados por EMATER e Prefeitura).

Esses programas são acessados pelos agricultores através das informações levadas pela extensão rural, pelos gestores municipais e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Conforme relatado pelos entrevistados, frequentemente a família que possui interesse na formalização da agroindústria procura algum desses órgãos para receber as devidas informações e ser encaminhada aos processos adequados a sua realidade.

Conforme o depoimento do gestor 1, a Secretaria da Agricultura através do Setor de Agroindústrias vem operacionalizando o Programa Gramado Colônia desde 2017. Hoje são assistidas ao menos 85 agroindústrias entre formalizadas ou em processo de formalização. Legalmente, o Município é autorizado a custear projeto arquitetônico, Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) e laudos de licenciamento ambiental (Entrevistado Gestor 1).

Quanto às agroindústrias formalizadas anteriormente à constituição do Programa Gramado Colônia, as Agroindústrias B, C e F hoje não participam deste programa, pois declararam já atenderem todos os requisitos para seu funcionamento. As demais tiveram acesso ao programa e obtiveram os benefícios quanto a sua instalação.

Dentre os responsáveis entrevistados, a Agroindústria C formalizou-se por meio de Empresa de Sociedade Limitada (LTDA). São 6as agroindústrias que se formalizaram através do PEAF e que hoje consolidam suas vendas através do talão de produtor e utilizam o selo “Sabor Gaúcho”. Também através desse Programa, as mesmas agroindústrias tiveram acesso ao financiamento FEAPER para aquisição de equipamentos, utensílios e câmara frigorífica. As produtoras declararam quanto ao acesso: “Quando tivemos acesso ao FEAPER, nos incentivou e animou para continuarmos com a agroindústria” (Entrevistada da Agroindústria

E); “os equipamentos adquiridos através do FEAPER alavancou o início da nossa agroindústria” (Entrevistada da Agroindústria D).

Percebe-se que o Fundo Estadual tem apoiado os novos empreendimentos rurais, principalmente na fase de sua estruturação, com carências de pagamento de até três anos e bônus de adimplência de 80% de desconto. Os produtores que acessaram essa linha de crédito admitiram ser o maior incentivo recebido para o início das atividades, uma vez que descapitalizados não teriam como suprir a necessidade de estruturar-se e iniciar o processamento com recursos próprios.

O crédito rural do PRONAF Agroindústria foi acessado por dois produtores, agroindústrias E e G, para o financiamento da construção do prédio, com prazos de dez anos para quitação. A produtora C acessou o PRONAF Jovem, com taxas de juros mais acessíveis e condizentes com sua situação; os demais entrevistados utilizaram recursos próprios para a construção. Também a linha de crédito PRONAF- Mais Alimento foi contratada pelos produtores B e E para aquisição de tratores e financiamento de estruturas para produção primária.

Ressalta-se que recursos do PRONAF podem não contribuir diretamente para a agroindústria, mas dão suporte para que os agricultores possam aumentar ou melhorar as condições de produção de matéria-prima, que posteriormente possa ser destinada a sua própria agroindústria. Como relatado na bibliografia para este estudo, os princípios deste Programa são especificamente a melhoria da condição de vida de seus beneficiados mesmo que direta ou indiretamente ligados ao Programa ou específico para a agroindústria, mas que se mantenha o caráter complementar que caracteriza a produção das agroindústrias familiares, entre produção primária e beneficiamento.

Com relação à satisfação obtida com a contratação de crédito rural através destas linhas, todos afirmaram estar satisfeitos e terem atendidas as suas necessidades, porém, conforme relato de um produtor, existiram dificuldades no momento da apresentação de avalistas junto ao banco financiador.

Os produtores foram questionados ainda sobre a assistência técnica no tocante a sua participação e acessibilidade. Todos os responsáveis das agroindústrias entrevistados declararam que foram assistidos ou tiveram interação, principalmente com a EMATER. Os produtores que formalizaram suas agroindústrias através do PEAFF tiveram seus processos de aptidão operacionalizados pela EMATER e também projetos de crédito rural realizados através da entidade. Os gestores (extensionista e gestor municipal) concordam que operam em

consonância, a fim de que as famílias sejam beneficiadas por ambos os Programas, com o intuito de ampará-las em suas necessidades ou demandas.

No Município de Gramado, a EMATER operacionaliza o cadastramento para o Programa “Gramado Colônia” e dá as providências para cadastramento e acompanhamento da apresentação da documentação legal junto ao PEAFA e elaboração dos projetos para crédito rural. Além da assistência burocrática, enfatiza junto aos produtores a criação e aprimoramento das técnicas e produtos, e também o acesso aos mercados.

O PNAE no município adquire produtos da agricultura familiar, porém durante as entrevistas somente a agroindústria B e F afirmaram participar das compras, fornecendo geleias e produtos farináceos para a rede pública de escolas. Conforme o gestor 1, hoje a Secretaria da Agricultura organiza uma central de distribuição na repartição pública, auxiliando na logística e organização dos produtos e produtores conforme as demandas, e coletivamente realizam a distribuição. Observa-se a pouca interação das agroindústrias junto a esta ação de governo no município.

Observa-se que essa pouca adesão ao PNAE é estimulada pelo enfoque comercial, pois em grande parte as agroindústrias desenvolvem produtos destinados ao público turístico da região, com oferta de produtos diferenciados e alto valor agregado. Dessa forma, é possível concluir que o foco de produção das agroindústrias está ligado à comercialização para públicos específicos, não especificamente ao da alimentação escolar.

Outra ação pública voltada à assistência e fomento ao empreendedorismo rural é a participação do SEBRAE, SENAR e SENAI em processos técnicos e gerenciais. Quatro agroindústrias participam do projeto “Juntos Para Competir- Agroindústrias das Hortênsias”, onde são proporcionados aos proprietários visitas, consultorias e *workshops*. Os produtores participantes expõem seu relato positivo com relação à assistência, destacando que esta proporcionou melhorias técnicas como *design* e *layout*, elaboração de manuais, tabelas nutricionais e o acompanhamento gerencial e financeiro das agroindústrias.

A partir desses relatos, pode-se compreender que os órgãos que possuem maior relevância e interação para o desenvolvimento das atividades agroindustriais no município de Gramado são a Secretaria da Agricultura e a EMATER, mencionadas em todas as entrevistas.

4.1.3 Agroindústrias familiares: desafios e oportunidades.

Segundo os relatos dos entrevistados das agroindústrias, os maiores desafios encontrados estão relacionados à formalização das agroindústrias, principalmente no que se

refere a questões burocráticas, como licenciamentos e alvarás. Porém, após a adesão junto ao programa estadual e municipal estes fatores foram amenizados, uma vez que os gestores se propunham a acompanhar e orientar os responsáveis quanto às medidas e decisões a serem tomadas frente às dificuldades, apresentando caminhos e viabilidades dentro das políticas públicas para sua regularização.

Pouco ou imperceptível foi o desafio de inserção nos mercados de comercialização, pois os relatos se mostraram favoráveis quanto ao escoamento da produção, visto o potencial que o próprio município apresenta para o comércio e a visibilidade dada através de eventos e pontos de comercialização. Foi ainda elencado o forte movimento turístico da região, orientado ao consumo rústico, colonial, artesanal e de qualidade, culturalmente característico dos produtos que as agroindústrias produzem.

Quanto à operacionalização das políticas públicas e à assistência às agroindústrias, os desafios encontrados pela gestora são “a falta de recursos humanos disponibilizados pelo governo para dar um acompanhamento adequado às agroindústrias” (Entrevistada Gestora 2), sendo que a EMATER de Gramado conta com apenas dois extensionistas rurais para operacionalizar a demanda de todas as agroindústrias do município. Para o gestor 1 “os desafios se encontram no campo burocrático, mas apresentam melhoras, falta o entrelaçamento das Secretarias, daquelas responsáveis pelas regularizações das agroindústrias, principalmente dos órgãos de fiscalização” (Entrevistado Gestor 1).

Apesar das apresentações dos desafios encontrados pelos agricultores, são baixas as desistências e desmotivações quanto à regularização dos empreendimentos. Nesse sentido, a taxa de formalização, segundo o gestor municipal, apresenta-se adequada aos que procuram assistência.

Quando questionados sobre projetos futuros, três agroindústrias estão elaborando novos produtos para alcançar novos nichos de mercado e ampliar seu público-alvo; os demais pretendem melhorar sua organização produtiva a fim de melhorar ou manter a qualidade dos produtos para prestar melhor atendimento a seus clientes. Também apareceram nas entrevistas o interesse em questões como melhoria da infraestrutura de produção e conseguir manter mão de obra somente familiar, possibilitando as possíveis sucessões familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se dedicou a compreender quais ações e políticas públicas foram desenvolvidas relacionadas às agroindústrias familiares, com foco no município de Gramado, no Rio Grande do Sul. Para seu desenvolvimento foi estabelecido como objetivo geral estudar as principais ações públicas que proporcionaram incentivos às agroindústrias do município, com foco na caracterização das agroindústrias, identificação das políticas públicas e ações operacionalizadas e como estas são acessadas pelos agricultores.

Os dados coletados na pesquisa qualitativa demonstraram que as agroindústrias inseridas no município utilizam as políticas públicas como principal meio para sua formalização, apresentando-se em maior quantidade através do PEAFF e do programa Gramado Colônia, políticas públicas com este propósito. Dessa forma, revela-se a importância do governo na constituição das agroindústrias.

Porém, constata-se que mecanismos de comercialização através de políticas públicas como o PNAE ou feiras estaduais são pouco utilizados pelas agroindústrias, uma vez que estas demonstraram apoiar-se no comércio local, com ênfase aos nichos de mercado construídos pelo atrativo turístico e os eventos da cidade.

Fato revelado é que as políticas de incentivo por meio do crédito rural foram fundamentais para que se estabelecessem condições favoráveis para as agroindústrias operacionalizarem, financiando sua infraestrutura através do PRONAF - Agroindústria e na aquisição dos materiais de processamento pelo FEAPER.

Observa-se também que as agroindústrias que acessaram o Programa Gramado Colônia tiveram um suporte maior, subsidiado pelo município, desonerando taxas e burocracias e favorecendo a condição financeira das famílias. Além de terem acesso mais rápido, este é acompanhado pela Secretaria de Agricultura do município que realiza acompanhamento individual, visando entender o contexto familiar, adequando-se para que a família consiga operar a agroindustrialização dentro dos padrões exigidos.

Assim sendo, é sugestivo que as políticas públicas sejam pensadas localmente, interpretando as famílias, as condições, seus hábitos, costumes, modos de produção e como pensam o processo de agroindustrialização, para que sejam atribuídas às políticas mecanismos que atendam com maior eficiência a família rural.

Essa forma de atendimento se mostrou em todas as entrevistas, quanto à eficiência da EMATER para a operacionalização e busca de recursos para as agroindústrias através dos programas governamentais. Em grande parte das entrevistas foi relatado que os acessos à

política pública ou linha de crédito através da assistência da EMATER, mostra-se como fundamental para que estas cheguem aos beneficiários. Apesar das dificuldades ocasionadas pela falta de recursos humanos disponibilizados pelo Estado, a EMATER ainda consegue efetivar a demanda do município. Mas percebe-se o desacompanhamento da EMATER após a adequação das agroindústrias, relacionado também à falta de extensionistas disponíveis.

Percebe-se que, mesmo com os desafios encontrados pelos agricultores, as agroindústrias têm um baixo nível de desistência ou desmotivação quanto à sua regularização. E mantêm-se com projetos futuros para alcançar novos nichos de mercado e ampliação de seu público-alvo, assim como melhorias em sua organização produtiva a fim de melhorar ou manter a qualidade. Logo, pouco é necessário ser mudado quanto à dinâmica existente para que as políticas e programas sejam acessados, pois foi perceptível a satisfação das famílias entrevistadas quanto ao seu acesso.

Destaca-se, ao final dessa pesquisa, que reafirmamos o potencial e a importância da agricultura familiar e das agroindústrias familiares no desenvolvimento social e econômico. Verificamos a importância das políticas públicas para a constituição e o desenvolvimento das agroindústrias familiares, bem como as modificações que estas vieram sofrendo no decorrer do tempo. Para além da manutenção e desenvolvimento das famílias das agroindústrias, estas influenciam de forma positiva o comércio local e potencializam a valorização da produção local no município.

Por fim, acredita-se que os objetivos propostos no trabalho foram alcançados, encontrando-se respostas ao que inicialmente foi questionado. Porém, houveram limitações como falta de tempo hábil para a realização de uma pesquisa mais ampla atingindo um maior número de famílias e suas agroindústrias para a constatação de maiores evidências quanto à ação das políticas públicas de agroindustrialização. Deseja-se que essa pesquisa não tenha um fim em si, mas que possibilite a continuação da pesquisa sobre a temática; que produza novos intentos para que se conheça mais profundamente o setor das agroindústrias e o que realmente é operacionalizado e possui respaldo positivo das famílias rurais. Nosso desejo é de que esta pesquisa seja ponto motivador para a promoção, continuidade e sucesso de todas as agroindústrias rurais familiares.

REFERÊNCIAS

ANJOS, F.S. Et. al. Agricultura familiar e políticas públicas: impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural** 42 (3), 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032004000300007>. Acesso em 15 de abril de 2022.

ARAÚJO, Laura Filomena Santos de; DOLINA, Janderléia Valéria; PETEAN, Elen; MUSQUIM, Cleiciene dos Anjos; BELLATO, Roseney; LUCIETTO, Grasielle Cristina. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Brasileira Pesquisa Saúde**, Vitória, Espírito Santo, p. 53-61, jul./set. 2013.

BRASIL. **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>. Acesso em 25/05/2021.

BRASIL. **Lei n.º 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 28/04/2021

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). **Manual operacional do crédito rural PRONAF**. Brasília, 2002.

BRASIL. **Coordenação de Fomento a Diversificação Econômica**. Programa de Agroindustrialização da Produção da Agricultura Familiar. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area/agroindustria.php>. Acesso em 25/05/2022.

BRASIL. **Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA**. Brasília, 2006b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/suasa/suasa>. Acesso em: 25/05/2022.

CAMARANO, Ana A., ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira Estudos Populacionais*. Brasília. 15 de fevereiro de 1998. p. 45-65.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO COREDE HORTÊNSIAS. **Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Hortênsias: 2015-2030** / COREDE Hortênsias, 2017. 183 p. Disponível em <<https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144213-plano-hortensias.pdf>>. Acesso em 04/06/2021.

CRUZ, F. **Qualidade e boas práticas de fabricação em um contexto de agroindústrias rurais de pequeno porte**. 2007. Dissertação (Mestre em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2007.

DEEDADOS DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://feedados.spgg.rs.gov.br/feedados/#!/home/unidadesgeograficas/mesorregioes/12>>. Acesso em 02/06/2021

FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) dos municípios do Rio Grande do Sul - 2016** -. Disponível em <<https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/?ano=2016&ordem=idese>>. Acesso em 05/06/2021

GAZOLLA, M. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção para o autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Setor de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Defesa: Porto Alegre, 2004

GAZOLLA, Marcio; PELEGRINI Gelson. **As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 361-388, nov. 2011.

GAZOLLA, Marcio. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, BR-RS, 2012.

GAZOLLA, Marcio. SCHNEIDER, Sergio. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural** 51 (1), 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000100003>. Acesso em 15 de abril de 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. 1. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120 p.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995.

GONSALVES, E.P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GRAMADO. **Saiba mais sobre Gramado**. 2018. Disponível em: <https://www.gramado.rs.gov.br/pagina/conheca>. Acesso em: 25/05/2021.

HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, Irenilda Ângela dos. Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF. **Rev. Bras. Polít. Públicas** (Online), Brasília, v. 6, nº 1, 2016 p. 255- 269. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/download/3343/pdf>. Acesso em 15 de abril 2022.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02/06/2021.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

MARQUES, ZenioSchuquel. **Os intelectuais contemporâneos e o debate atual sobre o êxodo rural no Brasil: uma abordagem sociológica**. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Erechim, RS, 2014.

MARTINS, T. S. **Caracterização do grupo de mulheres das Margaridas no Assentamento Margarida Alves - Cáceres/Mirassol D'Oeste - MT**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. Anais... Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-12.

MARTINS, José de Souza. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil**. Documento apresentado no Seminário Interno sobre “Dilema e perspectivas para o Desenvolvimento Rural no Brasil, com ênfase no Agrícola e Rural na Primeira década do Século XXI”, FAO, Santiago do Chile, 11-13 de dezembro, 2001.

MATTEI, L. **Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil: o caso recente do PRONAF**. Florianópolis: UFSC, 2001. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/421>>. Acesso em 08 de abril 2022

MEAD, L. M. "**PublicPolicy: Vision, Potential, Limits**", PolicyCurrents, Fevereiro: 1-4. 1995

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, Unochapecó, Editora Argos, 2005.

MIOR, L.C. & GUIVANT, J.S. Redes sócio-técnicas: uma nova abordagem para o estudo dos processos de mudança social e desenvolvimento rural, In: “**Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**” organizado por Julia Guivant, Luiz F.Scheibe e Selvino Assmann 2004.

NASCIMENTO, LCN, et.al. Saturação teórica em pesquisa qualitativa: relato de experiência na entrevista com escolares. **Rev. Bras. Enferm** [Internet]. 2018;71(1):228-33. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0616>>. Acesso em 28/05/2022.

PEIXOTO, Marcos. **Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, 2008.

PETERS, B. G. **American PublicPolicy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE. **Prefeitura de Gramado 2018-2021**. Disponível em: <<https://www.gramado.rs.gov.br/storage/attachments/j0GW2igwJ5zXN1dfVuxYjhhpqCD3rk oaaGSGldhD.pdf>>. Acesso em: 03/06/2021.

PREZOTTO, Leomar Luiz. **A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária**. 1999. Dissertação, Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, n. 31, p. 133-154, abr. 2002.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PRONASOLOS. Disponível em: <<https://geoportal.cprm.gov.br/pronasolos/>>. Acesso em: 04/06/2021.

RAMOS, A. **Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

ROCHA, V. Da teoria à análise: uma introdução ao uso de entrevistas individuais semiestruturadas na ciência política. **Revista Política Hoje**. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.921 de 17/01/2012**. Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. **Programa Estadual de Agroindústria Familiar (Peaf)**. 2022. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/agroindustria-familiar>. Acesso em 25/11/2021.

SÁ, Juliano Ferreira de. **Difusão de políticas para agroindústrias familiares: da adesão ao fortalecimento do SUSAF-RS**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – Porto Alegre, BR-RS, 2019. 90f.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2003, 254p.

SCHNEIDER S., CAZELLA A. A., MATTEI L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Revista GrifosUnochapecó. **Dossiê: PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5656>. Acesso em: 28 de abril de 2022. Edição - Vol. 30, Núm. 51, 2021

SILVA, N. J. R. **Dinâmicas de Desenvolvimento da Piscicultura e Políticas Públicas no Vale do Ribeira/SP e Alto Vale do Itajaí/SC – Brasil**. Tese de doutorado - Universidade Estadual Paulista e École Nationale Supérieure Agronomique de Rennes. Defesa: São Paulo, 2005.

SILVA, M. de A.; NEVES, R. J. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar na Região Sudoeste Mato-grossense: realidade e perspectivas. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 36, n. 2, p. 125-135, jul./dez. 2014.

SILVEIRA, P.R.C.; ZIMERMANN, S.A. A qualidade em circuitos regionais de produção de alimentos numa perspectiva de segurança alimentar. In: Froehlich, J.M.; Diesel, V. (Org.). **Espaço Rural e Desenvolvimento regional**. Ijuí-RS: UNIJUI, 2004, p. 217-226.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n.16. Jul-Dez 2006, pag. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?lang=pt>. Acesso em: 28/05/2022.

SOUZA, Sergio Augusto Portes de. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e os desafios para sua efetivação no município de Bauru**, 2017. 122 pp. Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas

SOUZA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinhos dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v.10, n.2, p.1396-1416, jul.-dez.2020.

SULZBACHER, A.W. **Agroindústria familiar rural: Caminhos para estimar impactos sociais**. UFSM, 2009.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira**. 2009. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2009.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA AS AGROINDÚSTRIAS

Discente: Helen Gabriela Marcon

ROTEIRO PARA AS AGROINDÚSTRIAS

1. Nome da agroindústria:
2. Ano de início das atividades da agroindústria:
3. Quais foram as motivações que levaram a família a criar a agroindústria?
4. Quantas pessoas trabalham na agroindústria? As pessoas que trabalham são da própria família ou existem trabalhadores contratados?
5. Quais são os principais produtos produzidos?
6. Quais são os principais canais de venda dos produtos?
7. Qual o tipo de formalização da agroindústria? (MEI, LTDA, através de algum Programa nacional, estadual, municipal)
8. A agroindústria recebe assistência técnica pública?
9. A agroindústria consegue acessar o crédito rural? Caso afirmativo, quais foram as linhas de crédito utilizadas?
10. Quais são os parceiros da agroindústria? Que órgãos mais auxiliam no empreendimento?
11. Com a formação da agroindústria o que mudou para a família?
12. Quais são os principais desafios encontrados para a agroindustrialização?

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA GESTORES DE AÇÕES PÚBLICAS

Discente: Helen Gabriela Marcon

ROTEIRO PARA GESTORES DE AÇÕES PÚBLICAS

1. Nome do entrevistado:
2. Cargo que ocupa:
3. Entidade que representa:
4. Quais são as ações públicas atualmente disponibilizadas para as agroindústrias?
5. Como as políticas públicas são acessadas pelos proprietários das agroindústrias?
6. Quantas agroindústrias são assistidas pelos programas municipais existentes?
7. Quais são os sistemas de Inspeção e como são operacionalizados?
8. Os proprietários das agroindústrias buscam junto ao órgão a assistência para o acesso às políticas públicas? Quem procura quem?
9. Como é operacionalizada as ações públicas para as agroindústrias? Existe um acompanhamento?
10. Quais são os principais desafios encontrados para operacionalizar as ações públicas de agroindustrialização?
11. Quais os desafios encontrados para que as agroindústrias se beneficiem das ações públicas?
12. Existe um planejamento de políticas públicas visando atendimento às agroindústrias para os próximos anos?

**ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E
ESCLARECIDO**

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** apoia o Trabalho de Conclusão de Curso “POLITICAS PUBLICAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR NO MUNICIPIO DE GRAMADO - RS” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “POLITICAS PUBLICAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR NO MUNICIPIO DE GRAMADO - RS” – do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo “APRESENTAR O CONTEXTO DAS AGROINDUSTRIAS RURAIS DO MUNICIPIO DE GRAMADO E COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS AUXILIARAM EM SUAS TRAJETÓRIAS”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “HELEN GABRIELA MARCON” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um *Trabalho de Conclusão de Curso* escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação e ou de minha agroindústria.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Gramado, _____/_____/2022